



MINISTÉRIO DO TURISMO
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Sala 300 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900
- www.turismo.gov.br

Ofício nº 754/2021/GM

Brasília, 27 de julho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho
Terceiro Secretário no exercício da Primeira Secretaria
Senado Federal - Bloco 02 - Pavimento Térreo
70165-900 - Brasília/DF
apoioimesa@senado.leg.br

Assunto: Resposta ao Requerimento de informação nº 732/2020.

Senhor Senador,

Com meus cordiais cumprimentos, em atenção ao Ofício nº 387 (SF), de 9 de julho de 2021, que trata do Requerimento de Informação em epígrafe, de autoria do Senador Humberto Costa, que requer que sejam prestadas informações e posicionamento do governo sobre a estrutura administrativa relativa à cultura e sobre a execução orçamentária dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), apresento os esclarecimentos a seguir.

A respeito do assunto, encaminho o Ofício nº 380/2021/SNAV/GAB/SNAV/SECULT, da Secretaria Nacional do Audiovisual, bem como o Ofício nº 65-E/2021-ANCINE/DIR-PRES/GDP e o Despacho nº 223-E/2021SEF, da Agência Nacional do Cinema (Ancine), contendo respostas às indagações apresentadas no referido requerimento - ratificadas pela Secretaria Especial de Cultura, conforme Ofício nº 2993/2021/SECULT/GAB/SECULT.

Esperando ter fornecido todas as informações requeridas, coloco esta Pasta à disposição para esclarecimentos adicionais que porventura ainda sejam necessários.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

MARCOS JOSÉ PEREIRA

Ministro de Estado do Turismo substituto

Anexos:

- I - Ofício nº 2993/2021/SECULT/GAB/SECULT (SEI nº 1077663);
- II - Ofício nº 380/2021/SNAV/GAB/SNAV/SECULT (SEI nº 1066938);
- III - Portaria SECULT/MTUR nº 30, de 13 de maio de 2021 (1070317);
- IV - Cópia dos Decretos de designação/recondução de representantes da sociedade civil e do setor audiovisual (SEI nº 1070320 e nº 1070325);
- V - Ofício nº 65-E/2021-ANCINE/DIR-PRES/GDP (SEI nº 1079305);
- VI - Despacho nº 223-E/2021SEF (SEI nº 1079307).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Pereira, Ministro de Estado - Substituto**, em 28/07/2021, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **1079045** e o código CRC **75C9E2F7**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 72031.010621/2021-88

SEI nº 1079045



MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
GABINETE DA SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

Esplanada dos Ministérios, bloco B, 2º e 3º andar, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70068-900
- www.turismo.gov.br

Ofício nº 2993/2021/SECULT/GAB/SECULT

Ao Senhor
Babington dos Santos (BOB SANTOS)
Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos
Ministério do Turismo

Assunto: **Requerimento de informação do Senado nº 732/2020.**

Prezado Senhor Bob,

1. Em atenção ao Ofício nº 152/2021/ASPAR/GM (1057413), por meio do qual encaminha o Ofício nº 387 (SF) e Requerimento de Informação nº 732/2021 (1056447), de 12 de julho de 2021, do Senado Federal/Terceiro-Secretário, Senador Rogério Carvalho, que trata do Requerimento de Informação em epígrafe, encaminho as seguintes manifestações.
2. Em atenção ao Requerimento de Informação nº 732/2021 (1056447), de autoria do Senador Humberto Costa, por meio do qual requer *informações e um posicionamento do governo sobre a estrutura administrativa relativa à cultura e sobre a execução orçamentária dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)*, encaminho o Processo SEI 72031.011300/2021-09, contendo o Despacho nº 223-E/2021SEF (1077030), da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, e o Ofício nº 380/2021/SNAV/GAB/SNAV/SECULT (1066938), da Secretaria Nacional do Audiovisual, onde se manifestam sobre as indagações do referido requerimento.
3. Diante do exposto, esta Secretaria Especial de Cultura e sua equipe técnica estão à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários, a fim de dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a persistir.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
HÉLIO FERRAZ DE OLIVEIRA
Secretário Especial da Cultura Adjunto



Documento assinado eletronicamente por **Hélio Ferraz de Oliveira, Secretário(a) Especial Adjunto da Cultura**, em 26/07/2021, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **1077663** e o código CRC **D0DBB237**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 72031.010621/2021-88

SEI nº 1077663



MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL
GABINETE DA SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º/3º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900
- www.turismo.gov.br

Ofício nº 380/2021/SNAV/GAB/SNAV/SECULT

À Senhora

MILLENE FRANCINE LOURENÇO MARTINS

Assessora da Secretaria Especial da Cultura

Assunto: Requerimento de Informação nº 732/2021.

Senhora Assessora,

1. Em atenção ao Despacho nº 1058499/2021/SECULT/GAB/SECULT, que trata do Requerimento de Informação nº 732/2021 (1056447), cumpre esclarecer que o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), instituído pela Lei nº 11.437/2006, é uma categoria de programação específica do Fundo Nacional da Cultura (FNC), utilizado no financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais.

2. Ressalta-se que, nos termos do art. 5º da lei supracitada, a secretaria-executiva do FSA é exercida pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE), sendo ela a responsável pelo apoio técnico e administrativo, bem como pela gestão e execução orçamentária e financeira dos recursos do Fundo. Assim, sugere-se que as informações demandadas sejam fornecidas por aquela Agência.

3. No âmbito desta Secretaria Nacional do Audiovisual (SNAv), e no que se refere ao Conselho Superior de Cinema (CSC), destaca-se que, com o advento do Decreto nº 10.553, de 25 de novembro de 2020, o Conselho foi transferido da Casa Civil da Presidência da República para a estrutura da Secretaria Especial da Cultura/MTUR. O Decreto em epígrafe estabelece que:

Art. 2º Ao Conselho Superior do Cinema compete:

I - definir a política nacional do cinema;

II - aprovar as políticas e as diretrizes gerais para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional, com vistas a promover sua autossustentabilidade;

III - estimular a presença do conteúdo brasileiro nos diversos segmentos de mercado;

IV - acompanhar a execução das políticas referidas nos incisos I, II e III;

V - estabelecer a distribuição da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE para cada destinação prevista em lei; e

VI - aprovar seu regimento interno.

4. Nesse sentido, a SNAv tem envidado esforços para possibilitar a reestruturação e o pleno funcionamento do referido colegiado. A esse respeito, foi publicada a Portaria SECULT/MTUR nº 30, de 13 de maio de 2021 (1070317), que designa membros de órgãos da administração pública federal para compor o CSC. Foram publicados também, pelo Presidente da República, os Decretos (1070320 e 1070325) de designação/recondução de representantes da sociedade civil e do setor audiovisual para composição do Conselho. Ademais, está prevista para setembro a reunião inaugural do

novo CSC, onde a pauta principal será a definição do plano de diretrizes e metas para o audiovisual brasileiro.

5. No tocante a medidas para evitar o colapso da indústria audiovisual brasileira provocada pela pandemia de Covid-19, a Secretaria Nacional do Audiovisual, juntamente com a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC), dentro de sua área de atuação, submeteu à Secretaria Especial de Cultura a publicação da Instrução Normativa n. 05, de 20 de abril de 2020, que estabeleceu procedimentos extraordinários para captação, execução, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos financiados via Lei de Incentivo à Cultura em razão dos efeitos da pandemia.

6. Vale destacar que houve também prorrogação de vigência de projetos audiovisuais em execução e adaptação de ações da modalidade presencial para a remota. Salienta-se, ainda, a continuidade dos projetos oriundos de emendas parlamentares, que têm como objetivo, dentre outros, promover atividades de formação, ações de difusão, além da produção de conteúdos audiovisuais.

7. Na oportunidade, cabe informar que há previsão de lançamento de editais, ainda neste ano, com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual. No momento, aguarda-se a realização da reunião do Comitê Gestor do FSA para apreciação da proposta a ser apresentada pela SNAv. Nesse sentido, a injeção de recursos no mercado audiovisual possibilitará o desenvolvimento do setor produtivo e a geração de emprego e renda, os quais sofreram considerável estagnação em razão da pandemia provocada pelo COVID-19.

8. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

BRUNO GRAÇA MELO CÔRTEZ

Secretário Nacional do Audiovisual



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Graça Melo Côrtes**, Secretário Nacional do Audiovisual, em 21/07/2021, às 23:46, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **1066938** e o código CRC **975CF109**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/05/2021 | Edição: 90 | Seção: 2 | Página: 64

Órgão: Ministério do Turismo/Secretaria Especial de Cultura

PORTARIA SECULT/MTUR Nº 30, DE 13 DE MAIO DE 2021

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA CULTURA do MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 25, inciso I do Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 3º, § 4º, inciso I do Decreto nº 10.553 de 25 de novembro de 2020, resolve:

Art. 1º Designar os seguintes membros para compor o Conselho Superior do Cinema:

I - representantes dos órgãos da administração pública federal:

a) Ministério do Turismo, por meio da Secretaria Especial da Cultura, que o presidirá:

Titular: Mario Luis Frias, Secretário Especial da Cultura; e

Suplente: Bruno Graça Melo Côrtes, Secretário Nacional do Audiovisual.

b) Casa Civil da Presidência da República:

Titular: Juliana Ribeiro Silveira, Secretária-Executiva Adjunta; e

Suplente: João Paulo Machado Gonçalves, Diretor de Governança, Inovação e Conformidade.

c) Ministério da Justiça e Segurança Pública:

Titular: Cláudio de Castro Panoeiro, Secretário Nacional de Justiça; e

Suplente: Luiz Alberto Matos dos Santos, Diretor do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça.

d) Ministério das Relações Exteriores:

Titular: Paulino Franco de Carvalho, Secretário de Comunicação e Cultura; e

Suplente: Paula Alves de Souza, Diretora do Departamento Cultural e Educacional.

e) Ministério da Economia:

Titular: Geanluca Lorezon, Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade; e

Suplente: Andrey Vilas Boas de Freitas, Subsecretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade.

f) Ministério da Educação:

Titular: José de Castro Barreto Júnior, Secretário-Executivo Adjunto; e

Suplente: Dilermando José da Silva, Diretor de Programas.

g) Ministério das Comunicações:

Titular: Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão; e

Suplente: Nathalia Almeida de Souza Lobo, Diretora do Departamento de Políticas para Telecomunicações e Acompanhamento Regulatório.

h) Secretaria de Governo da Presidência da República:

Titular: Mario Fernandes, Secretário-Executivo Adjunto; e

Suplente: Nilson Kazumi Nodiri, Assessor Especial da SEGOV.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SECULT/MTUR nº 29, de 20 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 22 de abril de 2021, seção 2, página 36.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO LUIS FRIAS



Sumário

Atos do Poder Executivo	1
Presidência da República	2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	6
Ministério da Cidadania	7
Ministério das Comunicações	8
Ministério da Defesa	8
Ministério do Desenvolvimento Regional	15
Ministério da Economia	15
Ministério da Educação	19
Ministério da Infraestrutura	31
Ministério da Justiça e Segurança Pública	32
Ministério do Meio Ambiente	34
Ministério de Minas e Energia	35
Ministério das Relações Exteriores	36
Ministério da Saúde	36
Ministério do Turismo	40
Controladoria-Geral da União	40
Conselho Nacional do Ministério Público	41
Ministério Público da União	41
Poder Legislativo	43
Poder Judiciário	44
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	48
Editais e Avisos	49

..... Esta edição completa do DOU é composta de 49 páginas.....

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETOS DE 21 DE JUNHO DE 2021

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XIII, da Constituição, resolve:

EXONERAR, ex officio,

a partir de 7 de junho de 2021, no âmbito do Comando da Aeronáutica, o Brigadeiro Intendente LUIZ ANTONIO PONTES, do Comando da Aeronáutica, do cargo de Subdiretor de Contabilidade da Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

Brasília, 21 de junho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Walter Souza Braga Netto

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XIII, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 94, **caput**, inciso I, e § 2º, no art. 96, **caput**, inciso I, e no art. 97, **caput**, inciso I, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, resolve:

TRANSFERIR, a pedido,

a partir de 7 de junho de 2021, para a reserva remunerada, o Brigadeiro Intendente LUIZ ANTONIO PONTES, do Comando da Aeronáutica.

Brasília, 21 de junho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Walter Souza Braga Netto

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECRETO DE 21 DE JUNHO DE 2021

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, e no Decreto nº 72.021, de 28 de março de 1973, resolve:

DISPENSAR

EUGÊNIO COUTINHO RICAS da função de Adido Policial Federal na Embaixada do Brasil em Washington, D.C., Estados Unidos da América, a partir de 15 de julho de 2021.

Brasília, 21 de junho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Anderson Gustavo Torres
Carlos Alberto Franco França

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECRETO DE 21 DE JUNHO DE 2021

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º, § 2º, alínea "c", no art. 3º, **caput**, inciso I, alínea "c", e no art. 6º, **caput**, inciso VI, da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, e no art. 4º da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, resolve:

DESIGNAR

os seguintes representantes da Secretaria Nacional de Segurança do Ministério da Justiça e Segurança Pública para realizarem testes de validação dos lotes do processo de aquisição de pistolas 9x19 mm, objeto do Contrato nº 84/2020 - SEGEN, com ônus, no período de 26 de junho a 11 de julho de 2021, inclusive trânsito, em Gardone Val Trompia, República Italiana:

JOÃO DA CUNHA NETO, Delegado de Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina;

ESDRAS LEÃO AMORIM, Capitão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima;

ERIKA MACHADO DOS SANTOS, Cabo da Polícia Militar do Estado de Sergipe; e

LADISLAU BRITO SANTOS JÚNIOR, Perito Criminal do Departamento de Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas.

Brasília, 21 de junho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Anderson Gustavo Torres

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 21 DE JUNHO DE 2021

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 74, **caput**, inciso III, alínea "b", e no art. 76 do Anexo I ao Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019, e no art. 18, **caput**, inciso I, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, resolve:

NOMEAR

SILVIO RHOMEDES BANDEIRA ASSUMPÇÃO, Conselheiro do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Cônsul do Brasil em Puerto Quijarro, Estado Plurinacional da Bolívia, removendo-o, ex officio, do Consulado-Geral do Brasil em Cochabamba para o Consulado do Brasil em Puerto Quijarro.

Brasília, 21 de junho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Carlos Alberto Franco França

MINISTÉRIO DO TURISMO

DECRETOS DE 21 DE JUNHO DE 2021

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 10.553, de 25 de novembro de 2020, resolve:

DESIGNAR

os seguintes membros para compor o Conselho Superior do Cinema, com mandato de dois anos:

I - REPRESENTANTES DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA E VIDEOFONOGRAFICA NACIONAL:

DANIELA BUSOLI, titular; e
PAULO ROGÉRIO CURSINO, suplente;

MÔNICA PIMENTEL, titular; e
MAURO CESAR VENTURA ALVES, suplente;

MÁRCIO ALCARO FRACCAROLI, titular; e
CESAR PEREIRA DA SILVA, suplente;

MARCOS ROCHA MAGALHÃES BARROS, titular; e
RICARDO DIFINI LEITE, suplente; e

CRISTIANO REIS LOBATO FLORES, suplente; e

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE:

ROBERTO DRAGO PELOSI JUCÁ, titular; e
PEDRO AUGUSTO CORREA GUIMARÃES, suplente;

RAFAEL LAZARINI DOS SANTOS, titular; e
THIAGO WANDERLEY DE FREITAS, suplente; e

MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI, titular; e
ANA PAULA MARTINS BIALER, suplente.

Brasília, 21 de junho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Gilson Machado Guimarães Neto

AVISO

Foi publicada em 21/6/2021 a edição extra nº 114-A do *DOU*. Para acessar o conteúdo, clique [aqui](#).



O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 10.553, de 25 de novembro de 2020, resolve:

RECONDUZIR

HIRAN SILVEIRA à função de membro titular do Conselho Superior do Cinema, representante da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional, com mandato de dois anos.

Brasília, 21 de junho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Gilson Machado Guimarães Neto

Presidência da República

CASA CIVIL

PORTARIAS DE 21 DE JUNHO DE 2021

MINISTÉRIO DA CIDADANIA

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, resolve:

Nº 693 - EXONERAR

MARCOS ANTÔNIO QUEZADO SOARES do cargo de Subsecretário de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva do Ministério da Cidadania, código DAS 101.5.

Nº 694 - NOMEAR

ALESSANDRO FRANCA DANTAS, para exercer o cargo de Subsecretário de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva do Ministério da Cidadania, código DAS 101.5, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, resolve:

Nº 695 - NOMEAR

PAULO MAURICIO JABORANDY DE MATTOS DOURADO, para exercer o cargo de Subsecretário de Unidades Vinculadas da Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, código DAS 101.5, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA

MINISTÉRIO DO TURISMO

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, resolve:

Nº 696 - EXONERAR

SÉRGIO FERNANDES FERREIRA do cargo de Diretor do Departamento de Empreendedorismo Cultural da Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, código DAS 101.5.

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA

SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 298, DE 21 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º da Portaria SG/PR nº 113, de 19 de março de 2021, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, resolve:

EXONERAR

NÚBIA STEFANYA ANTUNES FRANÇA do cargo de Assistente, código DAS 102.2, do Gabinete da Imprensa Nacional da Secretaria-Geral da Presidência da República, a contar de 16 de junho de 2021.

JOSÉ VICENTE SANTINI

PORTARIA Nº 299, DE 21 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º da Portaria SG/PR nº 113, de 19 de março de 2021, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, resolve:

DESIGNAR

ADRIANO FRANCO BEZERRA para exercer o encargo de substituto eventual do cargo de Coordenador-Geral, código DAS 101.4, na Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica e Telecomunicações na Diretoria de Tecnologia da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, ficando revogada a Portaria 482, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2017.

JOSÉ VICENTE SANTINI

PORTARIA Nº 300, DE 21 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º da Portaria SG/PR nº 113, de 19 de março de 2021, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, resolve:

DISPENSAR, a pedido,

ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA da Função Comissionada do Poder Executivo, código FCPE 102.1, Assistente Técnico, da Coordenação-Geral de Revisão de Atos Normativos da Subchefia Adjunta de Revisão de Atos Normativos da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República, a contar de 16 de junho de 2021.

JOSÉ VICENTE SANTINI

PORTARIA Nº 301, DE 21 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º da Portaria SG/PR nº 113, de 19 de março de 2021, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, resolve:

CONCEDER

à servidora CAROLINA DINIZ VENTIN a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, Nível Superior - SISG, na Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

JOSÉ VICENTE SANTINI

PORTARIA Nº 302, DE 21 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º da Portaria SG/PR nº 113, de 19 de março de 2021, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, resolve:

NOMEAR

LEONARDO DE CARVALHO VICTOR para exercer o cargo de Assessor Técnico, código DAS 102.3, da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

JOSÉ VICENTE SANTINI

SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições previstas nos artigos 17 e 28 do Anexo I ao Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990; e art. 5º e art. 8º do Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, resolve:

Art. 1º Outorgar à servidora FERNANDA GOMES PEDROSA, Diretora de Gestão Interna, da Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República, código DAS 101.5, a permissão de uso do apartamento funcional nº 105 do Bloco "E" da SQS 307, em Brasília - DF.

Art. 2º A formalização do ato de ocupação dar-se-á mediante assinatura do Termo de Recebimento de Imóvel Residencial Funcional, observado o disposto no art. 12, do Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e no item 3.2 da Norma Administrativa nº VII-201, de maio 2001.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS PAIVA FUTURO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria de outorga de imóvel funcional n. 25, de 16 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de junho de 2021, Seção 2, página 2, onde se lê: "Secretária Especial Adjunta da Secretaria Especial de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República, código DAS 101.6", leia-se: "Secretária Especial de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República".

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

SAVIO LUCIANO DE ANDRADE FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais



SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05292021062200002





Av. Graça Aranha, 35 / 10o andar - Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-002
Telefones: (21) 3037-6092 - www.ancine.gov.br

Ofício n.º 65-E/2021-ANCINE/DIR-PRES/GDP

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2021.

À Senhora

MILLENE FRANCINE LOURENÇO MARTINS

Assessora da Secretaria Especial da Cultura

Secretaria Especial da Cultura

Ministério do Turismo

Esplanada dos Ministérios, Bloco B

Brasília/DF - CEP: 70068-900

Assunto: **Resposta ao Ofício n.º 2761/2021/SECULT/GAB/SECULT**

Referência: *Processo n.º 72031.010621/2021-88*

Senhora Assessora da Secretaria Especial da Cultura,

1. Ao cumprimentá-la, faço referência ao Ofício n.º 2761/2021/SECULT/GAB/SECULT, que encaminha o Requerimento de Informação n.º 732, de autoria do Senador Humberto Costa, que requer informações e um posicionamento do governo sobre a estrutura administrativa relativa à cultura e sobre a execução orçamentária dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).
2. Em resposta, encaminhamos Despacho n.º 223-E/2021/SEF (SEI n.º 2043046), da Secretaria de Políticas de Financiamento desta Agência.
3. Nos colocamos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais, se necessário.

Atenciosamente,

SILVIANE ITAJAHY

Chefe de Gabinete

Gabinete do Diretor-Presidente Substituto

Documento assinado eletronicamente por **Silviane Pereira Itajahy, Chefe de Gabinete**, em 26/07/2021, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE n.º 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2043422** e o código CRC **F6E8FC61**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01416.005612/2021-11

SEI nº 2043422



Despacho n.º 223-E/2021/SEF

Rio de Janeiro, 15/07/2021.

Processo n.º: 01416.005612/2021-11

Interessado (s): Gabinete do Diretor Presidente

Assunto: Ofício n.º 2761/2021/SECULT/GAB/SECULT

Prezada Chefe de Gabinete,

Em atenção ao Despacho n.º 155-E/2021/DIR-PRES/GDP (SEI [2039527](#)), informo que o Requerimento de Informação n.º 732 ([2039481](#)), de autoria do Senador Humberto Costa, contém questionamentos idênticos ao Requerimento de Informação n.º 1078/2020, de autoria do Deputado Alexandre Padilha (SEI [1771018](#)), cujos documentos relacionados encontram-se no processo [01416.008873/2020-01](#). Por esta razão, fazemos referência à resposta encaminhada pela SEF em 29/09/2020, por meio do Despacho n.º 456-E/2020/SEF (SEI [1778265](#)).

Esclarecemos que o requerimento pede o posicionamento do Governo sobre a estrutura administrativa relativa à cultura e sobre a execução orçamentária dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e, neste sentido, realiza 6 solicitações. As manifestações aqui prestadas são realizadas enquanto secretaria-executiva do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual conforme estipulado na Lei 11.437, de 28 de dezembro de 2006, não cabendo a esta autarquia manifestação sobre o posicionamento do Governo. Segue-se com o teor do informado no referido despacho:

1. Relato, consideradas as seguidas reestruturações promovidas pelo governo, sobre os órgãos, entidades, conselhos e comitês da estrutura administrativa da cultura, suas competências e a quais entes de nível ministerial se vinculam, em especial, sobre o Comitê Gestor do FSA;

1.1. A governança do FSA compreende o Comitê Gestor do FSA, os agentes financeiros e a secretaria-executiva (ANCINE). As atribuições de cada órgão e entidade se encontra detalhada no Decreto n.º 6.299, de 2007, que regulamenta a Lei n.º 11.437, de 2006, que criou o Fundo Nacional da Cultura (FNC) e o Fundo Setorial do Audiovisual como uma categoria específica.

1.2. No modelo de governança do FSA, o Comitê Gestor é a instância decisória, de modo que, prioridades, diretrizes, metas e critérios são deliberados pelo Comitê, especialmente no que se refere à aplicação dos recursos do Fundo.

1.3. Enquanto secretaria-executiva, as atribuições da ANCINE são de natureza propositiva. Compete à ANCINE o controle da execução orçamentária e financeira do Fundo, assim como o acompanhamento dos projetos e a elaboração de relatórios periódicos ao Comitê Gestor. Como secretaria-executiva do FSA, a Ancine gerencia os recursos alocados ao FSA no orçamento da União, seguindo as normas e regulamentos relativos à utilização de recursos públicos federais.

1.4. As competências do Comitê Gestor não foram alteradas com as reestruturações promovidas recentemente. Houve alteração de sua composição, com edição de duas portarias de designação dos membros do CGFSA, em função das mudanças de vinculação ministerial da Secretaria Especial da Cultura para o Ministério da Cidadania e para o Ministério do Turismo.

1.5. Em 2019, a partir da publicação da [Portaria n.º 2.068, de 23 de outubro de 2019](#) (<https://fsa.ancine.gov.br/sites/default/files/relatorios-de-gestao/Portaria%202.068%2C%20de%2023%20de%20outubro%20de%202019.pdf>), o Comitê Gestor passou a ser presidido pelo Ministro de Estado da Cidadania, órgão ao qual a Secretaria Especial da Cultura ficou vinculado de janeiro a novembro de 2019, quando passou a fazer parte da estrutura do Ministério do Turismo (Decreto n.º 10.107/2019 - <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.107-de-6-de-novembro-de-2019-226515233>).

2. **Relato das providências adotadas pelo Ministério do Turismo e por suas instituições vinculadas, notadamente a Ancine, para a edição de novo ato normativo de nomeação de novos integrantes do Comitê Gestor do FSA e indicação clara de em qual órgão ou para qual a autoridade que as eventuais providências tomadas pelo Ministério e pela Ancine foram enviadas e qual a alegação ou providência que o órgão ou autoridade apresenta em relação a esta questão;**

2.1. A edição de ato normativo de nomeação dos integrantes do Comitê Gestor é prerrogativa do Ministério vinculado. A ANCINE atuou, como Secretaria Executiva do Comitê Gestor, prestando todas as informações e esclarecimentos sobre o FSA demandados pelos órgãos envolvidos.

2.2. A Portaria nº 348, de 15 de junho de 2020, designou os membros do Comitê Gestor do FSA, indicando o Ministro do Turismo como presidente das reuniões do Comitê: <https://fsa.ancine.gov.br/sites/default/files/relatorios-de-gestao/Portaria%20348%202020%20CGFSA.pdf>

3. **Em relação à diligência do TCU relativa ao FSA e à nota pública divulgada pela Ancine, relato pormenorizado do que aconteceu com os recursos do FSA para 2018, quais autoridades, colegiados e servidores participaram da autorização da utilização de “rendimentos ou remuneração das disponibilidades” relativos aos recursos do FSA de 2018, inclusive indicando quais dispositivos da LOA 2018 e da EC 95/2016 autorizaram tal utilização, e ainda a remessa de cópia dos pareceres, notas técnicas e demais manifestações das áreas técnicas a respeito dessa utilização, bem como as providências que estão sendo adotadas relativas à liberação de recursos do FSA relativos ao exercício 2018, cancelamentos de editais, responsabilização dos agentes que deram causa à situação e outras medidas relacionadas ao encaminhamento de solução para o ocorrido com o FSA no exercício 2018;**

3.1. Ao longo de 2018, o Comitê Gestor do FSA (CGFSA) aprovou a realização e suplementação de Chamadas Públicas com a utilização de recursos de rendimentos de aplicações financeiras que se encontravam depositados nos agentes financeiros, totalizando R\$ 348 milhões, conforme aprovado nas Resoluções do CGFSA descritas na tabela a seguir:

CHAMADA PÚBLICA					
Ano	Nome	Objeto financiado	Valor Suplementado com os Rendimentos	Ato normativo	Valor total da chamada
2013	Prodav 01	Produção-TV	R\$60.000.000,00	Resolução Nº 126	372.200.000,00
2013	Prodav 01	Produção-TV	R\$60.000.000,00	Resolução Nº 156	
2018	ANCINE/FSA Nº 01	Arranjos Regionais	R\$27.000.000,00	Resolução Nº 176 CGFSA.	317.694.606,00
2018	Fluxo-Cinema	Produção-Cinema	R\$125.000.000,00	Resolução Nº 140 CGFSA.	175.000.000,00
2018	Fluxo-TV (Modalidade A)	Produção-TV	R\$60.000.000,00	Resolução Nº 141 CGFSA e Res. Nº 183 CGFSA.	95.000.000,00
2018	SAV/MINC 11	Festivais	R\$16.000.000,00	Resolução Nº 129 do CGFSA.	26.575.000,00
Total Rendimentos			R\$348.000.000,00		

3.2. A utilização dos rendimentos foi tratada ao longo de 2018, com os seguintes documentos técnicos gerados sobre o tema:

- Solicitação de manifestação pela Secretaria de Políticas de Financiamento (SEF/ANCINE) à Gerência de Planejamento, Orçamento, Arrecadação e Finanças (GPO/ANCINE) - Despacho nº 1-E/2018/SEF/CPF – SEI nº 0708994;
- Manifestação da GPO/ANCINE – Nota Técnica nº 1-E/2018 – SEI nº 0891937;
- Despacho Encaminhamento à Procuradoria Federal Especializada junto à ANCINE – Despacho nº 50-E/2018/SEF/CPF – SEI nº 0923722;
- COTA n. 00066/2018/CCAJ/PFEANCINE/PGF/AGU – SEI nº 0972753;
- Manifestação da GPO- Despacho n.º 60-E/2018/SIG/GPO - SEI nº 1132568;
- Parecer da Procuradoria Federal Especializada junto à ANCINE nº 00007/2019/PROC-CHEFE/PFEANCINE/PGF/AGU – SEI nº 1215133;
- Atas das reuniões do comitê gestor que aprovaram a realização e suplementação de Chamadas Públicas com a utilização de recursos de rendimentos de aplicações financeiras: Ata da 42ª Reunião do Comitê Gestor do FSA e Ata da 49ª Reunião do Comitê Gestor do FSA (<https://fsa.ancine.gov.br/?q=normas/atas-reunioes-cgfsa>).

3.3. O Contrato ANCINE/BNDES nº 15.2.0419.1, celebrado entre a ANCINE, na condição de Secretaria Executiva do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para a gestão financeira do Programa Cinema Perto de Você, estabelece, por meio do Parágrafo Único de sua Cláusula Terceira, que:

“Parágrafo Único - Enquanto não forem utilizados, os recursos transferidos deverão ser objeto de aplicação financeira, observado que:

- a) a liquidez da aplicação não acarrete prejuízo para a consecução dos programas, projetos e atividades nos prazos pactuados;
- b) os rendimentos líquidos auferidos sejam obrigatoriamente computados a crédito do FSA”.

3.4. Disposições semelhantes são observadas nos demais contratos celebrados com os agentes financeiros do FSA para a operacionalização de suas linhas.

3.5. O próprio art. 2º da Lei 11.437/2008 estabelece que os rendimentos são receitas do FSA:

Art. 2º Constituem receitas do FNC, alocadas na categoria de programação específica, referidas no [art. 1º desta Lei: \(Regulamento\)](#)

I - a Condecine, a que se refere o [art. 1º desta Lei](#);

II - as dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

III - os recursos a que se refere o [art. 5º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993](#) ;

IV - [\(VETADO\)](#)

V - **o produto de rendimento de aplicações dos recursos da categoria de programação específica a que se refere o caput deste artigo**; (grifo meu)

(...)

3.6. No entanto, a utilização dos rendimentos de aplicações financeiras criou um problema para pagamento da remuneração dos agentes financeiros (BNDES e BRDE), pois tais recursos não estavam previstos na Lei Orçamentária Anual de 2018 e, portanto, não havia previsão de pagamento de remuneração (2% para o BRDE e 1% para o BNDES) em montante equivalente ao valor destas chamadas públicas lançadas ou suplementadas.

3.7. Além disso, tendo em vista a retomada das reuniões do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual (CGFSA), em novembro de 2019, e a orientação para realização de avaliação dos diagnósticos e resultados das ações anteriores, com vistas a construção e aprovação do Plano Anual de Investimentos 2019 (PAI 2019), houve nova solicitação da Secretaria de Políticas de Financiamento (SEF/ANCINE) à Gerência de Planejamento, Orçamento, Arrecadação e Finanças (GPO/ANCINE) de esclarecimentos técnicos e recomendações de como proceder em relação aos recursos do FSA provenientes de rendimentos das aplicações financeiras dos montantes ainda não aplicados a projetos (Despacho n.º 72-E/2019/SEF/ CPF – SEI 1514017).

3.8. A Gerência de Planejamento, Orçamento, Arrecadação e Finanças (GPO) da ANCINE, por meio da Nota Técnica N.º: 3-E/2019/SGI/GPO (SEI 1517973), indicou a necessidade de ingresso destes recursos na conta única do Tesouro Nacional, para que possam integrar o ciclo orçamentário, sendo previstos durante a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, para serem recolhidos e executados como despesa durante a vigência da LOA.

3.9. Por meio do Ofício n.º 23-E/2020-ANCINE/DIR-PRES (SEI 1617722) a ANCINE realizou consulta à Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia (SEI nºs 1626228 e 1625170) sobre o adequado tratamento das aplicações financeiras dos valores custodiados pelos agentes financeiros do Fundo Setorial do Audiovisual. O entendimento da Receita Federal é que esses rendimentos não podem ser utilizados sem antes passar pelo caixa único do Tesouro Nacional e que devem retornar imediatamente para a União.

3.10. Adicionalmente ao posicionamento da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia e da vinculada Secretaria do Tesouro Nacional (SEI nºs 1626228 e 1625170), também houve manifestação do Tribunal de Contas da União, em representação às entidades representativas do setor audiovisual, que por meio de Ofício encaminhado em 23 de junho de 2020 (1739713), solicitava "aguardar o pronunciamento do TCU sobre o assunto antes de decidir sobre a proposta da Diretoria Colegiada da ANCINE no sentido da devolução dos valores, visto que somente então haverá a segurança necessária para deliberar com acerto sobre a matéria, dando o melhor encaminhamento possível à política pública".

3.11. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União se manifestou por meio da Representação TC nº 039.487/2019-9 (1739715) e pelo Despacho do Ministro Relator (1739716), indeferindo o pedido de medida cautelar e, portanto, corroborando a decisão de recolhimento dos recursos, conforme trechos transcritos abaixo:

Posicionamento TCU (Representação - TC 039.487/2019-9)

“(…) 24. Não se identifica, portanto, qualquer arbitrariedade por parte do diretor-presidente ou de qualquer dos diretores colegiados da ANCINE. **A orientação de recolher os valores do FSA à CTU, inclusive os rendimentos derivados de aplicações financeiras, emana diretamente do ME, órgão superior de economia, orçamento e finanças da União. Pode-se, até mesmo, dizer que causaria estranheza qualquer atuação da diretoria da Agência contrária a uma orientação tão clara e direta.**”

(...)

Encaminhamento

34. Em razão do acima exposto, encaminhem-se os autos à consideração superior, para posterior encaminhamento ao Relator, Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, com vistas à apreciação das propostas de:

- a) conhecer da Representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 62, inciso I, do Regimento Interno/TCU;
- b) indeferir o pedido de medida cautelar, por não verificado o requisito do periculum in mora;

Despacho TCU 06/07/2020 - Processo: 039.487/2019-9

“(…) Por sua vez, considerando as ponderações trazidas pela Secretaria especializada nos itens 25 a 27 de sua instrução (peça 59), **indefiro o pedido de medida cautelar, por não restar demonstrado o requisito do periculum in mora**”

3.12. A partir dos insumos apresentados acima, o Comitê Gestor do FSA deliberou em sua 57ª Reunião, realizada no dia 12 de agosto de 2020, pelo recolhimento do produto das aplicações financeiras provenientes de depósitos nos agentes financeiros por meio do cancelamento do correspondente de recursos referentes à chamadas públicas e ações não lançadas e saldos de chamadas públicas lançadas mas sem demanda, ou seja, equivalente ao cenário 2 apresentado por esta SEF na Proposta de Ação nº 06 ([1634190](#)). A decisão foi consignada em Ata ([1727154](#)) e conforme Resolução nº 205, de 19/08/2020 ([1727200](#)):

Art. 1º Tornar pública a aprovação pelo Comitê Gestor do FSA, em sua 57ª Reunião, realizada em 12 de agosto de 2020, das seguintes medidas relativas à gestão orçamentária e financeira do FSA:

I- declaração e **recolhimento do produto das aplicações financeiras provenientes de depósitos nos agentes financeiros (BNDES e BRDE) à Conta Única do Tesouro Nacional**, atualizados na data de seu recolhimento, inclusive a partir da desvinculação do montante de R\$ 348.000.000,00 (trezentos e quarenta e oito milhões de reais), por meio do cancelamento do correspondente de recursos referentes à chamadas públicas e ações não lançadas e saldos de chamadas públicas lançadas mas sem demanda; e

II- alocação destes recursos no Fundo Nacional da Cultura - FNC, na categoria de programação específica FSA, acompanhada da solicitação de liberação de superávit de arrecadação da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE e/ou de ampliação do orçamento para o exercício de 2020, a ser definido no melhor interesse da política pública para a atividade audiovisual.

3.13. Por intermédio do Ofício nº 9-E/2020-ANCINE/SEF/CPF (SEI 1738580) foi solicitado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, agente central do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, restituição ao Tesouro Nacional dos totais contabilizados como produto das aplicações financeiras provenientes de depósitos nos agentes financeiros referentes aos recursos do FSA sob a custódia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, bem como os que estariam sob a custódia do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE. Em atendimento, o BNDES encaminhou, por meio da Carta AF/DECIN nº 41/2020 - GFUP (SEI nº 1760466), cópias digitalizadas das Guias de recolhimento da união para comprovação dos recolhimentos solicitados.

3.14. Na mesma reunião, o Comitê Gestor do FSA autorizou a utilização das disponibilidades financeiras de 2019 e 2020, por meio da Resolução CGFSA/ANCINE/Nº. 203/2020 (<https://fsa.ancine.gov.br/sites/default/files/resolucoes-cgfsa/Resoluc%CC%A7a%CC%83o%20CGFSA%20203.pdf>), em função do diagnóstico de déficit financeiro das ações de investimentos retornáveis detalhado na apresentação realizada na reunião (SEI 1731691).

3.15. A execução das medidas deliberadas pelo Comitê Gestor de regularização orçamentária das chamadas públicas lançadas em 2018 e o reforço financeiro para a o FSA fazem-se necessárias para o lançamento de novas chamadas públicas de investimentos.

3.16. Além dessas medidas, o Comitê Gestor aprovou a Resolução CGFSA/ANCINE/Nº. 204/2020 (<https://fsa.ancine.gov.br/sites/default/files/resolucoes-cgfsa/Resoluc%CC%A7a%CC%83o%20CGFSA%20204.pdf>) com critérios para contratação de investimentos, com vistas à manutenção da política pública setorial e à preservação das atividades, empregos e renda da cadeia produtiva do audiovisual, e tendo em conta os efeitos da COVID-19. A partir dela, terão priorização na análise os projetos já filmados, bem como os projetos de animação e de jogos eletrônicos em produção, e aqueles com comercialização e distribuição concluídas. Projetos que não tenham concluído a produção deverão ser diligenciados acerca de uma eventual adequação à realidade atual. Ficou decidido ainda o restabelecimento da exigência de comprovação da garantia de financiamento de no mínimo 80% do projeto como critério de priorização para a contratação de projeto.

4. **Indicação, pelo Ministério, do volume de recursos alocados no FSA em 2018, 2019 e 2020, bem como o montante já liberado para cada um desses exercícios, medidas adotadas pelo Ministério e estimativas de tempo para a liberação de recursos do FSA relativos aos três exercícios mencionados, discriminando, para cada exercício, as etapas administrativas necessárias para a liberação dos recursos e o estágio em que se encontram;**

4.1. O volume de recursos alocado ao FSA, por ano, está disponível no endereço eletrônico: <https://fsa.ancine.gov.br/o-que-e-fsa/execucao-orcamentaria-e-financeira>, do qual reproduzimos a tabela abaixo:

Orçamento Anual

Evolução da dotação orçamentária autorizada para o FSA, em dezembro de cada ano, para cobertura das despesas operacionais, empréstimos reembolsáveis, investimentos retornáveis e valores não reembolsáveis.

Ano	Dotação autorizada para o FSA, em dezembro (R\$)
2008	62.572.488,00
2009	102.716.483,00
2010	65.237.792,00
2011	217.875.011,00
2012	819.524.522,00
2013	988.097.525,00
2014	1.036.668.300,00
2015	996.657.366,00
2016	838.201.907,00
2017	748.689.907,00
2018	724.755.700,00
2019	724.200.000,00
2020*	415.300.000,00

Fonte: GPO/Ancine.

*2020: dotação autorizada até abril

4.2. O montante liberado para cada um desses exercícios está detalhado na tabela abaixo:

Empenho e Execução Financeira

Valores anuais empenhados para execução das ações aprovadas pelo Comitê Gestor e de execução financeira do FSA, compreendendo as despesas operacionais, empréstimos reembolsáveis, investimentos retornáveis e valores não reembolsáveis.

Ano	Empenho do orçamento do FSA (R\$)	Execução financeira (recursos disponibilizados ao FSA) - (R\$)
2008	59.078.597,62	60.569.992,60
2009	96.765.219,93	92.991.182,58
2010	62.172.081,53	9.532.632,27
2011	217.799.084,30	61.851.649,96
2012	478.377.991,37	59.159.818,48
2013	729.236.023,10	257.177.113,94
2014	495.229.496,81	182.926.963,56
2015	653.004.372,82	577.471.676,15
2016	744.600.730,76	738.318.746,51
2017	720.739.111,41	747.037.900,73
2018	724.754.549,40	719.467.514,27
2019	722.998.495,39	522.360.935,96
2020	0,00	0,00

Fonte: GPO/Ancine. A diferença entre valores empenhados e executados no ano é inscrita em restos a pagar e deve ser executada nos anos subsequentes, de acordo com a disponibilidade financeira para o ano.

2020: até abril

4.3. Cabe lembrar que os recursos disponibilizados (execução financeira) no ano são, em parte, relativos aos restos a pagar de orçamentos de anos anteriores. A ANCINE está em tratativas com o Ministério do Turismo e o Ministério da Economia para que o FSA receba, nos próximos meses, repasses financeiros de recursos referentes aos restos a pagar dos orçamentos de 2018 e 2019, além do orçamento de 2020. Os repasses incluem parte dos recursos de investimentos aprovados pelo PAI 2019.

4.4. Em relação às etapas necessárias para liberação dos recursos, o fluxo de repasse de recursos do FSA se inicia com o estabelecimento de dotação orçamentária referente às ações deste fundo na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Poder Executivo Federal, sob gestão da ANCINE. A partir dos valores das ações do FSA definidos na LOA, o Comitê Gestor do FSA aprova o Plano Anual de Investimentos (PAI), onde são detalhadas as ações e chamadas públicas previstas para o ano. Em seguida, a Ancine dá início ao processo de repasse dos recursos à conta do FSA junto ao agente financeiro central (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES), que por sua vez, repassa recursos ao agente financeiro Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), de acordo

com o estabelecido em contrato, nas chamadas lançadas pelo BRDE. Por fim, a liberação de recursos ao beneficiário final tanto do BNDES como do BRDE ocorre após a contratação do projeto selecionado e o atendimento a todas as exigências estabelecidas nas regras dos editais.

4.5. Os recursos do PAI são direcionados pelo FSA ao setor audiovisual por meio de chamadas públicas e editais. Estes são lançados nos meses posteriores à definição do Plano, podendo se estender por um período superior a 12 meses. Os editais e as chamadas públicas possuem tempo próprio para publicação, seleção e posterior desembolso dos recursos, que dependem da apresentação de documentos por parte das empresas responsáveis pelos projetos selecionados e da análise técnica de diversos órgãos competentes (ANCINE, EBC, Secretaria do Audiovisual/Secretaria Especial da Cultura/Ministério de Turismo, órgão estaduais e municipais, no caso das chamadas de Arranjos Regionais). Cada edital possui regras específicas que podem definir maior necessidade de tempo para conclusão dos processos de contratação e desembolso dos recursos.

4.6. Os recursos alocados para o FSA no orçamento de 2018 encontram-se comprometidos com as chamadas públicas lançadas e a sua liberação para os projetos selecionados depende do cumprimento das etapas definidas em cada edital e da priorização da contratação de investimentos, definida pelo Comitê Gestor na Resolução CGFSA/ANCINE/Nº. 204/2020. Terão priorização na análise os projetos já filmados, bem como os projetos de animação e de jogos eletrônicos em produção, e aqueles com comercialização e distribuição concluídas. O PAI de 2019 aguarda liberação dos recursos financeiros para lançamento das chamadas públicas. Por fim, a execução das medidas de regularização orçamentária e financeira do FSA aprovadas pelo Comitê Gestor do FSA, mencionadas na resposta anterior, tornará o cenário mais favorável ao planejamento, elaboração e aprovação do PAI 2020.

5. Listagem das medidas propostas pelo Ministério e pela Ancine para sanar o fluxo de liberação de recursos do FSA pela Ancine, para projetos audiovisuais;

5.1. A situação orçamentária e financeira do FSA fez parte da pauta das três reuniões realizadas pelo Comitê Gestor no ano de 2020 (<https://fsa.ancine.gov.br/?q=normas/atas-reunioes-cgfsa>). Na 57ª reunião do CGFSA (<https://fsa.ancine.gov.br/sites/default/files/atas-reunioes-cgfsa/Ata%2057%20reunia%CC%83o%20CGFSA.pdf>), realizada em 12 de agosto de 2020, foi apresentada situação detalhada sobre o uso de rendimentos de aplicação financeira do FSA em chamadas públicas lançadas em 2018 e o déficit financeiro das ações de investimentos retornáveis.

5.2. Com isso, foi possível sugerir medidas corretivas, aprovadas pelo Comitê Gestor, para permitir a disponibilização de recursos financeiros em ações de investimentos, descritas a seguir:

- declaração e recolhimento do produto das aplicações financeiras provenientes de depósitos nos agentes financeiros (BNDES e BRDE) à Conta Única do Tesouro Nacional, atualizados na data de seu recolhimento, inclusive a partir da desvinculação do montante de R\$ 348.000.000,00 (trezentos e quarenta e oito milhões de reais), por meio do cancelamento do correspondente de recursos referentes à chamadas públicas e ações não lançadas e saldos de chamadas públicas lançadas mas sem demanda; e
- alocação destes recursos no Fundo Nacional da Cultura - FNC, na categoria de programação específica FSA, acompanhada da solicitação de liberação de superávit de arrecadação da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE e/ou de ampliação do orçamento para o exercício de 2020, a ser definido no melhor interesse da política pública para a atividade audiovisual.
- autorização para utilização das disponibilidades financeiras relativas aos exercícios de 2019 e 2020 na contratação de investimentos e remuneração dos agentes financeiros, enquanto medida de equilíbrio da gestão orçamentária e financeira do FSA, observando-se a reunião de condições técnicas, financeiras e operacionais para a contratação dos investimentos, assim como o adequado e razoável equilíbrio entre a manutenção da política pública audiovisual e a capacidade de fiscalização dos recursos públicos envolvidos.

5.3. As duas primeiras medidas, publicadas na Resolução CGFSA/ANCINE/Nº. 205/2020 (<https://fsa.ancine.gov.br/sites/default/files/resolucoes-cgfsa/Resoluc%CC%A7a%CC%83o%20CGFSA%20205.pdf>), permitirão a regularização orçamentária das chamadas públicas lançadas em 2018 e o reforço financeiro para o FSA, necessário para o lançamento de novas chamadas públicas de investimentos.

5.4. Já a autorização para utilização das disponibilidades financeiras de 2019 e 2020 contida na Resolução CGFSA/ANCINE/Nº. 203/2020 (<https://fsa.ancine.gov.br/sites/default/files/resolucoes-cgfsa/Resoluc%CC%A7a%CC%83o%20CGFSA%20203.pdf>), decorre do diagnóstico de déficit financeiro das ações de investimentos retornáveis (detalhado na apresentação realizada na reunião – SEI 1731691). Levantamento realizado pela ANCINE estimou que os recursos de investimentos comprometidos com projetos selecionados a desembolsar e recursos a selecionar em chamadas públicas lançadas até 2018 (R\$ 944,4 milhões) superavam os valores disponíveis em caixa nos agentes financeiros do FSA (R\$ 738,4 milhões), havendo descompasso financeiro de R\$ 206 milhões para cobrir os compromissos previstos com as chamadas públicas em andamento.

5.5. Além dessas medidas, o Comitê Gestor aprovou a Resolução CGFSA/ANCINE/Nº. 204/2020 (<https://fsa.ancine.gov.br/sites/default/files/resolucoes-cgfsa/Resoluc%CC%A7a%CC%83o%20CGFSA%20204.pdf>) com critérios para contratação de investimentos, com vistas à manutenção da política pública setorial e à preservação das atividades, empregos e renda da cadeia produtiva do audiovisual, e tendo em conta os efeitos da COVID-19. A partir dela, terão priorização na análise os projetos já filmados, bem como os projetos de animação e de jogos eletrônicos em produção, e aqueles com comercialização e distribuição concluídas. Projetos que não tenham concluído a produção deverão ser diligenciados acerca de uma eventual adequação à realidade atual. Ficou decidido ainda o restabelecimento da exigência de comprovação da garantia de financiamento de no mínimo 80% do projeto como critério de priorização para a contratação de projeto.

5.6. Dessa forma, as chamadas públicas lançadas em 2018 comprometeram as disponibilidades financeiras relativas aos exercícios de 2019 e 2020. Por isso, o Comitê Gestor, na mesma reunião, autorizou a elaboração de novas linhas de investimento pela Secretaria Especial da Cultura e pela ANCINE, no valor de até R\$ 140 milhões, para apresentação na próxima reunião, observando-se, no entanto, as condições técnicas, financeiras e operacionais para sua execução.

6. Descrição das medidas propostas pelo Ministério para evitar o iminente colapso da indústria audiovisual brasileira, discriminando aquelas que forem para fazer frente à calamidade pública provocada pela pandemia de Covid-19 e aquelas que forem relacionadas ao funcionamento normal das instituições que gerem as políticas públicas para o setor audiovisual em nível federal.

6.1. Em relação às medidas adotadas para manutenção da capacidade produtiva, de emprego e renda do setor audiovisual, diante dos efeitos e impactos da pandemia de Covid-19 na cadeia produtiva do audiovisual, destacamos a criação de duas ações de fomento pelo Comitê Gestor do FSA, já em sua primeira reunião realizada sob a presidência do Ministério do Turismo, realizada em 24 de junho de 2020 (Ata disponível em: <https://fsa.ancine.gov.br/sites/default/files/atas-reunioes-cgfsa/Ata%20da%2056%20Reunia%CC%83o.pdf>):

I - **Linha de crédito emergencial** para financiamento ao setor audiovisual, no âmbito do FSA, desenvolvida em conjunto com os agentes financeiros do FSA (BNDES e BRDE), diante dos efeitos e impactos da pandemia de Covid-19 na cadeia produtiva do audiovisual e considerando a necessidade de manutenção da capacidade produtiva, de emprego e renda, e em complemento às Resoluções CGFSA nº 151/2018, nº 168/2018, nº 192/2018 e nº 198/2019.e

II - **Programa Especial de Apoio ao Pequeno Exibidor - PEAPE**, voltado para manutenção dos empregos e das empresas exibidoras de cinema de pequeno porte, diante das restrições ocasionadas pela Covid-19 no funcionamento das salas de exibição cinematográfica, na modalidade de apoio não-reembolsável.

6.1.1. Para a Linha de Crédito emergencial foram destinados os recursos previstos no orçamento de 2019 (R\$ 50 milhões), conforme previsto na Resolução do CGFSA nº 202 ([1763813](https://fsa.ancine.gov.br/sites/default/files/resolucoes-cgfsa/RESOLUC%CC%A7a%CC%83O%20CGFSA%20n%C2%BA%20202%20-Linha%20de%20cre%CC%81dito.pdf)), somando-se aos recursos repassados em anos anteriores, totalizando **R\$ 400 milhões** para a referida ação. <https://fsa.ancine.gov.br/sites/default/files/resolucoes-cgfsa/RESOLUC%CC%A7a%CC%83O%20CGFSA%20n%C2%BA%20202%20-Linha%20de%20cre%CC%81dito.pdf>

6.1.2. A Linha de Crédito foi lançada em 20 de julho de 2020 em ambos os agentes financeiros do FSA, BNDES e BRDE: www.bndes.gov.br/fsaemergencial e <http://www.brde.com.br/fsa/>

6.1.3. A demanda ajustada de crédito totalizou R\$ 468,1 milhões, ultrapassando o volume de recursos oferecidos, com R\$ 304,9 milhões de demanda via BNDES, conforme propostas de 14 empresas e R\$ 163,2 milhões de demanda via BRDE, relativo a 205 empresas.

6.1.4. As propostas encontram-se em fase de contratação nos respectivos agentes financeiros e serão divulgadas em seus respectivos sítios eletrônicos.

6.1.5. Para o Programa Especial de Apoio ao Pequeno Exibidor - PEAPE foram destinados recursos de apoio não reembolsável, incluindo o valor empenhado do orçamento de 2019 (R\$ 3.500.000,00) que, somado aos recursos de exercícios anteriores, totalizou **R\$ 8.500.000,00**, conforme Resolução do CGFSA nº 199 (1681330) - <https://fsa.ancine.gov.br/sites/default/files/resolucoes-cgfsa/RESOLUC%CC%A7a%CC%83O%20CGFSA%20n%C2%BA%20199%20-%20PEAPE.pdf>

6.1.6. O resultado final do programa, divulgado em 10 de setembro (<https://www.ancine.gov.br/pt-br/sala-imprensa/noticias/programa-especial-de-apoio-ao-pequeno-exibidor-beneficiou-577-salas-de-cinema>), indicou que foram beneficiadas 577 salas de exibição de 260 complexos, localizados em todas as regiões do País. 185 empresas dividiram os recursos. Com este apoio, ao menos 8 mil empregos diretos foram preservados e as salas de cinema poderão seguir com suas atividades.

6.1.7. O resultado final encontram-se disponível no seguinte link: https://www.brde.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Ata_julgamento-dos-recursos-resultado-final.pdf

6.2. No escopo da gestão administrativa das políticas públicas, a Agência Nacional do Cinema adotou diversas medidas administrativas de ajuste de ajuste operacional, para a boa e regular aplicação dos recursos públicos, objetivando a preservação e a continuidade da política pública de fomento ao setor audiovisual, considerando os diagnósticos internos realizados, além de determinações e documentos apresentados pelo TCU (Acórdão TCU nº 4.835/2018-2ª Câmara, Acórdão 721/2019-Plenário, Acórdão 992/2019-TCU-Plenário e ao Acórdão 5.948/2020 - TCU-2ª Câmara e Plano de Ação apresentado (SEI [0973482](#), [0973496](#) e [0973498](#)), tais como:

I - Eliminação da aprovação automática dos projetos audiovisuais apresentados e das respectivas autorizações para a movimentação de recursos públicos. Através da Portaria nº 429-E, de 2019, algumas atribuições antes delegadas à Superintendência de Fomento (SFO) voltaram para a alçada da Diretoria Colegiada. A alteração se fez necessária para um acompanhamento mais eficaz do andamento dos processos de fomento, em consonância com as recomendações dos órgãos de controle;

II - Publicação da Instrução Normativa ANCINE nº 150, de 2019, que fixa novos procedimentos para apresentação e análise de prestações de contas, e revoga a questionada Instrução Normativa nº 124, de 2015. Atendendo a uma recomendação do TCU, a nova Instrução Normativa trouxe o fim das análises por amostragem e a extinção da metodologia ANCINE+Simple, fortemente questionada pela Corte de Contas. A IN 150/2019, determina que serão analisadas as prestações de contas de todos os projetos audiovisuais com a verificação dos documentos comprobatórios das despesas realizadas, altera o método de execução desses recursos, onde as despesas devem ser executadas exclusivamente por meio de operações bancárias. A deliberação que aprovou a [IN 150/2019](#) estabeleceu o prazo de seis meses para avaliação de seus efeitos e impactos, e eventual aperfeiçoamento e revisão normativa. Por isso, a referida instrução normativa encontra-se em consulta pública;

III - Criação de um Grupo de Trabalho (GT) para prospectar, analisar e propor medidas para otimização dos processos relativos à análise de prestação de contas, incluindo soluções tecnológicas e operacionais, com vistas à adoção de uma metodologia de riscos para a análise do estoque de prestações de contas, aumentando-se a produtividade sem o comprometimento da eficiência. Como resultado, a Diretoria Colegiada, decidiu por unanimidade pela aprovação das soluções tecnológicas e operacionais propostas pelo Grupo de Trabalho (GT) (SEI [1636313](#)). Ato contínuo, os Diretores decidiram por unanimidade pela inclusão das soluções propostas nos Planos de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (PDTIC) e no Plano Anual de Contratação (PAC), conforme o caso, atribuindo à Superintendência de Prestação de Contas (SPR) o acompanhamento e a gestão da implantação das soluções aprovadas, com o consequente encerramento do GT;

IV - Como medida emergencial revisão da Instrução Normativa ANCINE nº 125, de 2015, que trata da elaboração, apresentação, análise, aprovação e acompanhamento da execução de projetos audiovisuais financiados por recursos públicos, que resultou na edição da IN nº 149/2019. Os objetivos da revisão incluem: (i) dinamizar e otimizar os processos operacionais da SFO, eliminando gargalos e duplicidades, qualificar a eficiência das tomadas de decisão da ANCINE, conferindo maior segurança ao aporte de recursos públicos em projetos audiovisuais; e (ii) atender às recomendações dos órgãos de controle, que apontaram gargalos, perda de capacidade operacional e risco de hipertrofia administrativa na gestão das operações de fomento na ANCINE, com a alteração do percentual de captação exigido para liberação de recursos de fomento indireto. Esse percentual, que correspondia à 50% (cinquenta por cento) do orçamento do projeto, passa para 80% (oitenta por cento), o que representa uma garantia mais consistente da viabilidade financeira de execução da obra audiovisual;

V - Além disso, segue em curso a revisão mais ampla da IN ANCINE nº 125/2015. Atendendo às recomendações dos órgãos de controle e aos diagnósticos técnicos da ANCINE, a revisão estabelece um novo paradigma ao mercado e à própria Agência, com propostas de desburocratização de procedimentos, ganhos de eficiência, de controle e de fiscalização dos recursos públicos alocados em projetos audiovisuais. A integração dos processos relativos ao fomento pelo FSA e pelas leis de incentivo fiscal é um ponto central do conjunto de propostas, e é considerada fundamental para a recuperação da capacidade operacional da ANCINE, uma vez que reduzirá o retrabalho e a hipertrofia administrativa respectiva às operações de financiamento;

VI - Criação de força-tarefa dedicada à análise de prestações de contas de projetos audiovisuais contemplados com recursos públicos. Na fase preparatória da força-tarefa houve a movimentação voluntária de 21 (vinte) servidores para a Coordenação de Prestação de Contas (CPC) da SFO, passando o quantitativo de 10 (dez) para 31 (trinta e um) servidores. A partir de um chamamento de interessados para a composição da força-tarefa, houve a seleção de cerca de 50 (cinquenta) servidores para a análise de contas, reforçando-se a fiscalização e o controle dos recursos públicos envolvidos no financiamento audiovisual;

VII - Criação da Superintendência de Prestação de Contas (SPR). A nova estrutura, que conta com a força de trabalho de aproximadamente 80 servidores, amplia a capacidade operacional da área, permitindo maior celeridade na análise das prestações de contas e viabilizando a superação do passivo de projetos que aguardam análise e deliberação e tem entre as atribuições, a análise e decisão, em primeira instância, sobre a prestação de contas dos projetos;

VIII - Constituição de força-tarefa para tratamento do passivo de análises orçamentárias dos projetos contemplados pelo FSA, a partir do diagnóstico de existência de passivo para análises complementares dos projetos contemplados pelo FSA, e considerando o volume importante de projetos a serem contratados e possível retomada das análises complementares com a aprovação das medidas sugeridas ao Comitê Gestor do FSA;

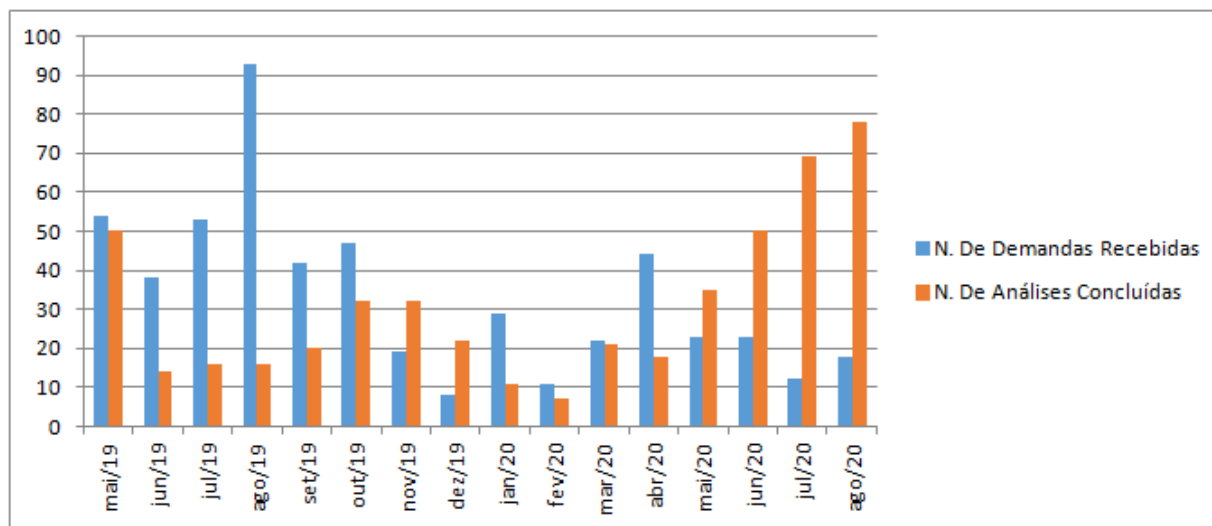
IX - Constituição de uma força-tarefa para a área de acompanhamento das obrigações de projetos que, assim como a prestação de contas, acumulou um passivo de projetos nos últimos anos. O objetivo dessa força-tarefa é elaborar diagnósticos sobre a quantidade e a situação de projetos que estão em curso na Agência, incrementando o acompanhamento e a fiscalização tempestiva dos recursos públicos, inclusive para evitar possíveis falhas e irregularidades. A força-tarefa foi ampliada por meio da DDC nº 536/2020 (SEI 1705516), considerando o levantamento de aproximadamente 1.800 processos que compõem o passivo de prestações de contas pendentes de análise ainda não haviam encaminhados à SPR em julho de 2020, sendo 1.600 relativos ao FSA (SEI [1703244](#));

X - Reestruturação da Secretaria de Políticas de Financiamento (SEF), que se tornou responsável pela gestão e integração dos programas, ações e mecanismos de fomento geridos pela ANCINE, incluindo atribuições relacionadas à atuação internacional. A revisão da estrutura tem por finalidade a redução do número de coordenações, com potenciais ganhos de integração e melhoria do fluxo de informações entre as áreas, e a consequente racionalização e simplificação das estruturas organizacionais e de cargos em comissão da Agência.

6.2.1. Tais medidas permitiram criar condições a superação do passivo de prestação de contas de mais de 4 mil projetos, evitando a paralisação do investimento público na atividade audiovisual.

6.3. Dentre as medidas para a regularização da situação do FSA, foi criada força tarefa com vistas ao tratamento do passivo de análises orçamentárias de projetos audiovisuais, ampliando-se de 4 (quatro) para 12 (doze) o número de servidores incumbidos das análises complementares, na forma da Deliberação de Diretoria Colegiada nº 223-E, de 2020 (SEI 1619472), bem como o estabelecimento de rotina para a deliberação das análises complementares, tendo em conta os efeitos da COVID-19, bem como dos protocolos e regras locais para retomada das atividades audiovisuais, nos termos da Deliberação de Diretoria Colegiada nº 503-E, de 2020 (SEI 1696237).

6.4. O resultado de tal medida se espelha na evolução da produtividade da Superintendência de Fomento (SFO), enquanto unidade competente para o processamento das análises complementares, conforme gráfico abaixo:



6.5. Destaca-se que, entre maio de 2019 e agosto de 2020 - 16 (dezesseis) meses, foram realizadas 491 (quatrocentos e noventa e uma) análises complementares pela Coordenação de Acompanhamento de Projetos (CAC) da SFO, uma média de 30 (trinta) análises por mês.

6.6. Desde maio de 2020, a CAC realiza análises complementares acima da média mensal de 30 (trinta) análises mencionada no item anterior. Foram realizadas 35 (trinta e cinco) análises em maio, 50 (cinquenta) em junho, 69 (sessenta e nove) em julho e 78 (setenta e oito) em agosto. Nos últimos 4 (quatro) meses, portanto, houve um aumento da média para 58 (cinquenta e oito) análises por mês.

6.7. Apesar das estimativas apresentadas, medidas de reestruturação administrativa e de revisão normativa estão atualmente em curso, visando a redução de entraves burocráticos, além da ampliação dos ganhos de

eficiência e produtividade, de forma a aprimorar a execução da política pública para o setor audiovisual.

Acrescentamos que, desde então, a ANCINE manteve o fluxo regular de acompanhamento e contratação de projetos selecionados em chamadas públicas do FSA. Em matéria publicada no site (disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/assuntos/noticias/ancine-atualiza-informacoes-orcamentarias-financeiras-e-operacionais-do-fundo-setorial-do-audiovisual>), a Agência listou as principais ações realizadas em 2020 para regularização orçamentária e financeira do FSA, bem como atualizou as informações disponíveis para o público, em atendimento ao princípio da transparência.

Como resultado da regularização orçamentária e financeira do FSA, bem como do esforço operacional da Agência, incluindo a criação de força tarefa para etapa de contratação, no ano de 2020 foram contratados 449 projetos, dos quais 193 com recursos de investimentos, 126 nas linhas de crédito emergencial lançadas em 2020 para mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19 e 130 projetos no âmbito do Programa Especial de Apoio ao Pequeno Exibidor (PEAPE). O valor dos contratos somou R\$ 423,2 milhões. No ano de 2021, até 30 de abril, foram publicados 212 contratos do FSA no Diário Oficial da União, totalizando R\$ 174,1 milhões em investimentos do Fundo.

Destacamos ainda que a ANCINE passou por auditoria operacional do Tribunal de Contas da União – TCU no fim de 2020, cujo relatório técnico conclui que as medidas de ajuste se fizeram necessárias uma vez que o Fundo não dispunha de recursos financeiros para investir em todos os projetos então selecionados e pendentes de contratação. O reforço financeiro para o FSA, ainda em 2020, garantiu o pagamento dos compromissos assumidos, incluindo a remuneração dos agentes prestadores de serviço, e a reunião de condições para o lançamento de novas chamadas públicas. Mais informações sobre o tema podem ser obtidas no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/assuntos/noticias/comite-gestor-do-fsa-aprova-relatorios-de-gestao-de-2018-a-2020>.

As principais medidas adotadas pela Agência para mitigar o impacto da pandemia no setor audiovisual estão descritas no [Relatório de Gestão da ANCINE 2020](#). As medidas adotadas pelo Comitê Gestor do FSA em 2020 foram apresentadas no [Relatório de Gestão FSA 2020](#). Para o ano de 2021, o Comitê Gestor do FSA aprovou diretrizes para o lançamento das próximas linhas de ação, [conforme anunciado pela Secretaria Especial da Cultura](#) a serem submetidas à aprovação na próxima reunião do Comitê.

Cordialmente,



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Fliege De Lucena Stuckert, Secretário de Políticas de Financiamento, Substituto**, em 15/07/2021, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2043046** e o código CRC **618406F5**.